

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

#### **(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAЕ” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAЕ tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais, para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAЕ está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

A EMAЕ possui a concessão para explorar 5 usinas hidrelétricas - Henry Borden, Porto Góes, Rasgão, Izabel e Edgard de Souza, que formam um parque gerador com 949,44 MW de potência instalada e uma Garantia Física de 164,5 MW médios que corresponde à energia comercializada (Nota 16.1), além de operar 2 usinas elevatórias. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAЕ tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A energia elétrica comercializada pela EMAЕ destina-se a: concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – “CCEE” (Nota 30).

Da receita operacional da EMAЕ em 2011, 54% (contra 59% em 2010) foram provenientes de suprimento de energia elétrica, sendo 53% (57% em 2010) às distribuidoras e 1% (2% em 2010) a agentes comercializadores, 14% (13% em 2010) no segmento fornecimento de energia a consumidores livres e 16% (12% em 2010) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 16% em 2011 (e 2010), provenientes de renda da prestação de serviços e de outras receitas.

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – “Pirapora Energia”, subsidiária integral da EMAЕ, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80 % dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAЕ como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora da EMAЕ para a Pirapora Energia S.A.

## 1.1 Leilões de Energia (\*)

A EMAE vendeu às concessionárias de distribuição, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, 129 MW médios nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes (“Energia Existente”) e 26 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos (“Energia Nova”), relacionados à disponibilidade de produção de energia, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	Out/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		129,0			

  

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
10º Leilão - Prod. 2015-H30	2015 a 2044	16,0	154,49	99,48	Nov/10
		26,0			

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

## 1.2 Prorrogação das concessões

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, resolve encaminhar ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento serem revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Sousa, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **2.3 Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

### **2.4 Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

### **2.5 Informações por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **b. Revendedores/Consumidores**

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

#### **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

#### **d. Estoque**

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

#### **e. Arrendamento a receber**

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

#### **f. Investimentos**

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **g. Imobilizado**

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

#### **h. Intangível**

O intangível refere-se à licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **i. Ativos financeiros**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

##### **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) revendedores e consumidores (nota 5), (ii) valores a receber (nota 6 e 8); (iii) outros créditos (nota 12); (iv) alienação de bens e direitos (nota 9).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

##### **Mensurados ao valor justo através do resultado**

São ativos financeiros os (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) caixa e equivalentes de caixa (nota 4); (ii) cauções e depósitos vinculados (nota 15).

## **Mantidos até o vencimento**

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possui ativos classificados nesta categoria.

### **j. Redução ao valor recuperável de ativos**

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável ("impairment"), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

### **k. FIDC e outras obrigações**

Os contratos de FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e outras obrigações, são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, utilizando o método do custo amortizado.

### **l. Obrigações estimadas e folha de pagamento**

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

### **m. Outros direitos e obrigações**

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

### **n. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

**o. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A IAS 37/CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgadas em nota explicativa.

**p. Provisões para custos socioambientais**

É registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

**q. Planos de benefícios pós-aposentadoria**

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33. A partir de 2006, os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **r. Apuração do resultado**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

#### **s. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **t. Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

#### **u. Lucro (Prejuízo) por ação**

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.4.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação		Controladora		Consolidado	
			31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Caixa e bancos conta movimento.....			69.559	19.019	81.790	19.219
Aplicações financeiras:						
Banco Bradesco S.A.....	CDB	(a)	143	203	143	203
Banco do Brasil.....	CDB	(a)	-	2.014	-	2.014
			<u>69.702</u>	<u>21.236</u>	<u>81.933</u>	<u>21.436</u>

As taxas de juros relacionadas às aplicações financeiras, efetuadas em reais, foram de 11,0536% e 8,8746%, respectivamente em 2011 e 2010.

- (a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

#### 5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	14.234	11.371
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>2.473</u>	<u>2.116</u>

#### 6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses geradores livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE, (Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

A Resolução Normativa nº 387 da ANEEL, de 15/12/2009, estabelece a metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. A operacionalização para a demonstração do saldo final dar-se-á nos próximos meses, conforme prazos constantes da citada Resolução.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Composição:	
Saldo em 31.12.2010.....	2.104
Valor faturado.....	-
Valor recebido.....	(64)
Saldo em 31.12.2011.....	<u>2.040</u>

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária, a EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 13).

## 7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2011 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Nota 30.4).

## 8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>Circulante</b>		
Contrato.....	-	14.260
<b>Não circulante</b>		
Contrato.....	14.650	32.085

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

## 9. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado 31.12.11
<b>Circulante</b>	
Contrato (1) .....	1.227
Contrato (2) .....	535
	<u>1.762</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 65.237,00 m<sup>2</sup>, localizado próximo à Av. dos Autonomistas, entre o antigo leito do Rio Tietê e km 18 da Estrada de Ferro FEPASA, Município de Osasco, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 7.500 para a empresa PRABODHAN Empreendimentos e Participações Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 12 de abril de 2011, para recebimento em 12 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE.

(2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.382,38 m<sup>2</sup>, localizado próximo à Rua Paulo Fontainha Geyser s/nº, altura do Km 267 da Rodovia Cônego Rongoni (SP-55) – Bairro Vila Industrial, Município de Cubatão – São Paulo, pelo valor de R\$ 1.990 para a empresa Hidromar Indústria Química Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 15 de junho de 2011, para recebimento em 11 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE, acrescidas de juros de 12% ao ano.

## 10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	234	510	234	510
Imposto de renda a compensar (b).....	451	451	478	451
Contribuição social a compensar (b).....	600	600	600	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	1.338	2.086	1.338	2.086
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	270	261	270	261
Outros.....	30	15	30	15
	<u>3.323</u>	<u>4.323</u>	<u>3.350</u>	<u>4.323</u>

(a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

(b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.

(c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.

(d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

## 11. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE (subsidiária integral da Petrobras).

Em 29 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União, extrato de termo aditivo relativo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004 – ANEEL, firmado originalmente pela EMAE em 11 de novembro de 2004. Referido termo aditivo tem por objetivo adequar o instrumento contratual celebrado entre a União e a EMAE, de modo a contemplar a transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE, conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento. O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

	Controladora e Consolidado				
Conta	Saldo 31.12.10	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 31.12.11
ATIVO					
Circulante.....	32.390	31.027	31.761	(59.895)	35.283
Não Circulante.....	421.073	(31.027)	33.350	-	423.396
	<b>453.463</b>	<b>-</b>	<b>65.111</b>	<b>(59.895)</b>	<b>458.679</b>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(246.228)	(277.989)
Variação monetária.....	151.739	118.390
Recebimentos.....	(211.832)	(151.938)
	<b>458.679</b>	<b>453.463</b>

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

<b>Circulante</b>	
De 2012.....	35.283
<b>Não circulante</b>	
De 2013 até 2017.....	176.415
De 2018 até 2024.....	246.981
	<b>423.396</b>
<b>Total</b>	<b>458.679</b>

## 12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (1).....	3.533	2.817	3.533	2.817
Serviços - Barragem Penha (2).....	2.703	1.453	2.703	1.453
Serviços - Canal Pinheiros (3).....	2.656	386	2.656	386
Serviços - Petrobras (4).....	920	-	920	-
Outros créditos (5).....	9.762	7.281	9.577	7.281
	<b>19.574</b>	<b>11.937</b>	<b>19.389</b>	<b>11.937</b>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha, conforme contrato nº 2010/22/00249.5.

3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros.

4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga, conforme contrato nº 4600320061.

5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

### 13. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 5.271 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.751 em 2010).

<b>Controladora e Consolidado</b>		
<b>31.12.11</b>	<b>Provisão</b>	<b>31.12.10</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(5.271)	(4.751)

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

#### 14.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições.....</b>	(20.375)	31.860	(20.311)	31.860	(20.375)	31.860	(20.311)	31.860
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	5.094	(7.965)	5.078	(7.965)	1.833	(2.867)	1.828	(2.867)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(4.037)	(3.883)	(4.037)	(3.883)	(1.453)	(1.398)	(1.453)	(1.398)
Outros.....	(222)	(337)	(271)	(337)	(692)	(747)	(710)	(747)
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão</b>								
Provisões diversas.....	(20.978)	(2.157)	(20.978)	(2.157)	(7.552)	(777)	(7.552)	(777)
Outros (PAT, incentivos).....	315	104	315	104	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL .....	5.197	1.435	5.197	1.435	2.055	706	2.055	706
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....</b>	<b>(14.631)</b>	<b>(12.803)</b>	<b>(14.696)</b>	<b>(12.803)</b>	<b>(5.809)</b>	<b>(5.083)</b>	<b>(5.832)</b>	<b>(5.083)</b>
Corrente.....	(11.811)	(3.245)	(11.876)	(3.245)	(4.794)	(1.643)	(4.817)	(1.643)
Diferido.....	(2.820)	(9.558)	(2.820)	(9.558)	(1.015)	(3.440)	(1.015)	(3.440)
Alíquota efetiva.....	72%	40%	72%	40%	29%	16%	29%	16%

#### 14.2 Composição dos saldos:

	<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
	<b>Controladora e Consolidado</b>		<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2010 (a).....	21.972	19.815	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	58.007	63.204	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2011 (c).....	20.978	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	87.420	84.601
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2010 (a).....	7.910	7.133	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	16.424	18.478	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2011 (c).....	7.552	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	31.471	30.456
	132.843	108.630	118.891	115.057
Provisão para créditos tributários (e).....	(132.843)	(108.630)	-	-
	-	-	118.891	115.057

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2010, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 11).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

## 15. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		<b>Controladora e Consolidado</b>	
		<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>Circulante</b>			
Depósitos vinculados (a).....		6.637	7.769
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais (b).....		5.338	3.703
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).....		5.617	5.136
		<u>10.955</u>	<u>8.839</u>
		<u>17.592</u>	<u>16.608</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 5.106 (R\$ 5.762 em 2010) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos (Nota 9), que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 1.531 (R\$ 2.007 em 2010) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo (Nota 19). Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

## 16. IMOBILIZADO

É composto como segue:

Controladora e Consolidado					
2011					2010
Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos.....	6.733	-	-	6.733	6.897
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1% 708.708	(384.783)	-	323.925	336.789
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,7% 79.196	(48.168)	-	31.028	31.421
Máquinas e Equipamentos.....	2,8% 427.860	(263.428)	-	164.432	170.291
Veículos.....	6,7% 7.945	(5.629)	-	2.316	3.162
Móveis e Utensílios.....	2,9% 2.033	(1.988)	-	45	93
Subtotal.....	<b>1.232.475</b>	<b>(703.996)</b>	-	<b>528.479</b>	<b>548.653</b>
Em curso.....	44.127	-	-	44.127	13.583
Redução ao Valor recuperável - CPC 01..	-	-	(61.212)	(61.212)	-
<b>Total.....</b>	<b>1.276.602</b>	<b>(703.996)</b>	<b>(61.212)</b>	<b>511.394</b>	<b>562.236</b>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2011 e 2010 está representada por:

Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em				Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável	Saldo em
	31.12.10	Adições	Baixas	Transferências			31.12.11
Em serviço							
Terrenos.....	6.897	-	(164)	-	-	-	6.733
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1% 707.089	-	-	1.619	(384.783)	-	323.925
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,7% 78.934	-	(799)	1.061	(48.168)	-	31.028
Máquinas e Equipamentos.....	2,8% 422.937	-	(833)	5.756	(263.428)	-	164.432
Veículos.....	6,7% 8.010	-	(76)	11	(5.629)	-	2.316
Móveis e Utensílios.....	2,9% 2.035	-	(2)	-	(1.988)	-	45
Subtotal.....	<b>1.225.902</b>	-	<b>(1.874)</b>	<b>8.447</b>	<b>(703.996)</b>	-	<b>528.479</b>
Em curso.....	13.583	39.652	-	(9.108)	-	-	44.127
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01.....	-	-	-	-	-	(61.212)	(61.212)
<b>Total.....</b>	<b>1.239.485</b>	<b>39.652</b>	<b>(1.874)</b>	<b>(661)</b>	<b>(703.996)</b>	<b>(61.212)</b>	<b>511.394</b>

Depreciação no resultado:

	2011	2010
Imobilizado.....	(28.279)	(28.020)
Intangível.....	(408)	(805)
	<b>(28.687)</b>	<b>(28.825)</b>

Total de aquisições:

	2011	2010
Imobilizado.....	39.460	11.334
Intangível.....	192	532
	<b>39.652</b>	<b>11.866</b>



## 16.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 11), abrangendo portanto as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da concessão	Data de vencimento
<b>Hidrelétricas</b>					
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	127,7	01.12.1982	30.11.2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01.12.1982	30.11.2012
UHE Rasgão	Tietê	22,00	17,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	(a) 2,64	0,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	(a) 11,00	-	01.12.1982	30.11.2012
		<u>949,44</u>	<u>165,8</u>		

(a) Usinas fora de operação.

## 16.2 Condições de Renovação

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16/03/2012, a ANEEL, por meio do despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União manifestou-se sobre o assunto, conforme relatado no item 1.2 destas Notas Explicativas.

## 16.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

#### 16.4 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa.

A estimativa preparada pela Administração indica que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes.

Usina	31.12.2011 (R\$ mil)	
	Valor de recuperação	Valor contábil
Rasgão	35.522	26.705
Porto Góes	86.409	36.567

No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções, indicaram necessidade de ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado.

UHE Henry Borden	R\$ mil
Valor de recuperação em 31.12.2011	402.417
Custo do Imobilizado líquido em 31.12.2011	463.629
Provisão para redução ao valor de recuperação	61.212

Principais premissas utilizadas:

- Fluxo de caixa futuro em moeda constante e trazidos a valor presente por taxa de desconto de 5,52%, equivalente ao WACC atual da EMAE.
- Receitas e despesas baseadas no orçamento empresarial aprovado pelo Conselho de Administração e nas expectativas de preço para comercialização de energia elétrica.
- Energia disponível comercializada ao preço de R\$ 96,81/MWh.

Metodologia:

- A receita de venda de energia de cada usina é obtida pelo rateio de sua garantia física em relação ao total da Empresa.
- No Complexo Henry Borden adicionou-se a receita de geração de reativos para o sistema, estimada com base em anos anteriores, conforme contrato de prestação de serviços ancilares firmado com o O.N.S.
- Utilizada a média de geração de cada usina dos últimos sete anos para a estimativa das despesas com compensação financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.
- As despesas com energia de curto prazo para cada usina também foram estimadas com base na média de geração.

## 17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
<b>Circulante</b>		
Provisão de férias e gratificação de férias.....	5.861	6.381
Encargos sociais sobre férias.....	6.025	5.889
	<u>11.886</u>	<u>12.270</u>

## 18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
<b>Circulante</b>				
COFINS s/ receitas.....	1.195	1.145	1.195	1.145
PIS s/ receitas.....	259	249	259	249
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	262	251	262	251
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	2.034	2.273	2.034	2.273
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	2.694	4.303	2.758	4.303
IPTU - REFIS (2).....	-	388	-	388
IPTU - REFIS (3).....	-	82	-	82
IPTU - REFIS (4).....	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5).....	49	147	49	147
Outros.....	1.351	636	1.351	636
	<u>7.934</u>	<u>9.564</u>	<u>7.998</u>	<u>9.564</u>
<b>Não circulante</b>				
IPTU - REFIS (4).....	306	395	306	395
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5).....	-	49	-	49
	<u>306</u>	<u>444</u>	<u>306</u>	<u>444</u>
	<u>8.240</u>	<u>10.008</u>	<u>8.304</u>	<u>10.008</u>

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2010 a serem pagos em janeiro de 2011.
- (2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 120 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.
- (3) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Santana do Parnaíba, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de agosto de 2006.
- (4) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.
- (5) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

## 19. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11			31.12.10
	Circulante	Não circulante	Total	Total
FIDC.....	8.509	-	8.509	27.654

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.

O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 34 distribuidoras de energia.

A EMAE possui créditos próprios em quotas subordinadas no valor de R\$ 5.617 (R\$ 5.136 em 2010), registrados no ativo não circulante, cauções e depósitos vinculados (Nota 15).

A movimentação dos saldos do FIDC em 2011 está representada por:

Controladora e Consolidado				
31.12.10	31.12.11			
	Despesa			
	Variações			
Saldo	Amortização	Juros	monetárias	Saldo
27.654	(21.816)	206	2.465	8.509

Controladora e Consolidado					
31.12.10			31.12.11		
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
19.275	302	19.577	21.610	206	21.816

## 20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

		Controladora e Consolidado			
		31.12.11			31.12.10
		Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>Credor</b>	<b>Objeto</b>				
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional				
	Saldado - BPS.....	43.401	110.660	154.061	123.996
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(87.082)	(87.082)	(47.860)
		43.401	23.578	66.979	76.136

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2011 está representada por:

Controladora e Consolidado			
31.12.10	31.12.11		
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
76.136	(48.905)	39.748	66.979

<b>No resultado:</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Plano BSPS.....	-	25.070
Plano CD.....	2.408	2.399
	<b>2.408</b>	<b>27.469</b>

## 20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

## 20.2 DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A CPC33/ IAS19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

### a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial...	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	10,24%	11,28%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	7,12%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	0,9784	0,9784
Taxa de rotatividade.....	nula	nula
Tábua de mortalidade.....	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos (*).....	716	742
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*).....	462	439
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*).....	29	29
Nº de participantes inativos - pensionistas (*).....	40	41

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

**b) Avaliação atuarial**

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

**b1) Conciliação dos ativos e passivos**

	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
Total do passivo atuarial.....	534.593	506.431
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(467.614)	(430.295)
Passivo líquido.....	<u>66.979</u>	<u>76.136</u>

**b2) Movimentação do passivo atuarial**

	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	506.431	461.126
Custo dos juros.....	51.859	47.219
Ganho/Perda atuarial.....	3.629	22.776
Benefícios pagos.....	(27.326)	(24.690)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	<u>534.593</u>	<u>506.431</u>

**b3) Movimentação do ativo do plano**

	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
Valor justo do ativo do plano.....	430.295	373.399
Contribuição do empregador.....	9.710	10.947
Retorno ocorrido dos investimentos.....	54.935	70.639
Benefícios pagos.....	(27.326)	(24.690)
Valor justo do ativo do plano.....	<u>467.614</u>	<u>430.295</u>

**b4) Despesa estimada para:**

	<b>2012</b>
Custo dos juros.....	54.742
Retorno dos investimentos.....	(47.884)
Total.....	<u>6.858</u>

**b5) Conciliação do passivo atuarial:**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Saldo Inicial.....	76.136	87.727
Despesa.....	3.322	5.100
Contribuição - pagamento e amortização.....	(48.905)	(36.661)
Ganhos (perdas) atuariais .....	36.426	19.970
<b>Saldo final.....</b>	<b><u>66.979</u></b>	<b><u>76.136</u></b>

## 20.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

### a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 154.061

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2011, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

## 21. TAXAS REGULAMENTARES

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	312	292
- Diferença de quotas - 2008 (2).....	-	414
- Diferença de quotas - 2009 (3).....	85	1.016
- Diferença de quotas - 2010 (4).....	379	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.191	873
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	41	34
Quota para P&D - FNDCT (5).....	107	60
Quota para P&D - EPE (5).....	54	30
P&D - Recursos para projetos (5).....	5.030	4.027
	<u>7.199</u>	<u>6.746</u>
<b>Não circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2010 (4).....	-	769
- Diferença de quotas - 2011 (6).....	769	-
	<u>769</u>	<u>769</u>
	<u>7.968</u>	<u>7.515</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

- (2) Conforme despacho ANEEL nº 218 de 2 de fevereiro de 2010, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2010.
- (3) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011.
- (4) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012.
- (5) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (6) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2013.

## 22. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

Controladora e Consolidado				
	31.12.11		31.12.10	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a).....	137	-	137	119
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg (b).....	159	-	159	1.883
	296	-	296	2.002

- (a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

Foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.34.00. 040933-5 contra ato do Diretor Geral da ANEEL, com obtenção de liminar, em 28 de agosto de 2007, determinando a suspensão do artigo 4º e do anexo IV da Resolução Homologatória ANEEL nº 497/07, desobrigando ao pagamento da TUSDg mensal atual e retroativa (de 01/06/04 a 30/07/07) determinadas pela referida Resolução, além da obrigatória assinatura de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), sendo determinado à ANEEL que se abstenha de aplicar multa ou qualquer medida coercitiva nesse sentido. O processo encontra-se na AGU – Advocacia Geral da União.

## 23. DEPÓSITOS VINCULADOS

Para efetuar os serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros e o aumento da capacidade de bombeamento nas elevatórias de Traição e Pedreira, foi aprovado no Orçamento do Estado constante da Lei nº 14.309, de 27/12/2010, o aporte de capital no montante de R\$ 40.000 para 2011 na EMAE, efetivamente repassados nos meses de novembro (R\$ 12.392) e dezembro (R\$ 27.608).



## 24. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11		31.12.10	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Compromissos socioambientais.....	-	17.825	17.825	2.200

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

## 25. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.10	31.12.11		
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
<b>Não circulante</b>				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	13.309	1.919	-	15.228
Diversas.....	6.948	4.485	(4.055)	7.378
	20.257	6.404	(4.055)	22.606
Cíveis.....	11.037	6.514	(2.080)	15.471
Tributárias.....	4.457	1.352	(5.248)	561
	15.494	7.866	(7.328)	16.032
	35.751	14.270	(11.383)	38.638

**Periculosidade** – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 15.228 em 31 de dezembro de 2011.

**Diversas** – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

**Cíveis** – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial. A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2 002 da ANEEL. Diante do recálculo e redistribuição pretendida pela autora, a EMAE provisionou o montante de R\$ 9.663.

**Tributárias** – Refere-se a ação anulatória em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, onde se discute a suspensão do contrato de Uso dos Sistemas de Transmissão – CUST e do pagamento do TUSD, no valor de R\$ 561.

**Depósitos judiciais** – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários em 31 de dezembro de 2011, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Administrativo.....	-	-	94	-	-	-
Ambiental.....	-	-	72	-	-	-
Cível.....	15.471	11.037	3.058	2.693	12.138	6.298
Trabalhista.....	22.606	20.257	7.538	5.348	11.359	8.429
Tributária.....	561	4.457	1	-	4.261	1.546
	<u>38.638</u>	<u>35.751</u>	<u>10.763</u>	<u>8.041</u>	<u>27.758</u>	<u>16.273</u>

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevantes referem-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

## 26. PROVISÃO PARA REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS

Constituída provisão no valor de R\$ 4.360 para cobrir desembolsos futuros relativos ao processo de Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho, do período junho/2010 a maio/2011. O valor provisionado corresponde à parcela incontroversa do Dissídio, ou seja, a correção dos salários pelo IPC-FIPE na data base da categoria (01/06).

## 27. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 32).

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Valores a receber.....	-	14.260
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Valores a receber.....	14.650	32.085
	<u>14.650</u>	<u>46.345</u>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Entidade de previdência a empregados.....	43.401	20.506
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Entidade de previdência a empregados.....	23.578	55.630
	<u>66.979</u>	<u>76.136</u>
<b>Efeito no Resultado:</b>		
	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Valores a receber.....	3.322	3.300
<b>VARIAÇÕES MONETÁRIAS</b>		
Passivas.....	-	(810)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Entidade de previdência a empregados.....	(39.748)	(25.070)
	<u>(36.426)</u>	<u>(22.580)</u>

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 8 e 20.

### 28.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de dezembro de 2011 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 792 com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### 28.2 Remuneração de administradores

A remuneração da Administração da Empresa no exercício de 2011 foi de R\$ 3.195 (R\$ 1.139 em 2010), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 1.383 (R\$ 949 em 2010) e encargos sociais no valor de R\$ 1.812 (R\$ 190 em 2010).

### 28.3 Captação de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contaram com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém foram condicionadas à devida compensação financeira, o que, no entanto, nunca ocorreu.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas, Decreto nº 24.643/34, como dos Serviços de Energia Elétrica, Decreto nº 41.019/57, obrigam o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, porém prevêm o seu ressarcimento.

Várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos, visando estabelecer acordo administrativo entre as partes para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden da ordem de 101 MW médios causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Até dezembro de 2011, em face da indefinição do impasse com a SABESP, por não ter sido apresentada proposta minimamente aceitável, a EMAE solicitou a Secretaria de Energia o encaminhamento do assunto para arbitragem do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, que em sua manifestação sugere que a controvérsia pode ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 243ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE aprovou-se que fosse notificado o Conselho de Administração da SABESP para que o impasse relacionado à utilização da água seja submetido à arbitragem ou à celebração de acordo entre as partes.

## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2011 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S/A.</b>						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	1.986.100	8,93	1.986.100	5,38
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
Fundo Mútuo Inv. Ações Cart. Livre Mistique.....	-	-	624.300	2,81	624.300	1,69
ELETROPAR - ELETROBRÁS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	501.000	2,25	501.000	1,36
Outros.....	-	-	2.449.695	11,01	2.449.695	6,62
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

## 29.2 Direitos das Ações

Conforme disposto nos artigos 4º e 30º do Estatuto Social da Empresa, as ações têm as seguintes características:

### Preferenciais

- a. prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- b. direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- c. direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- d. direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

### Ordinárias

- a. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembléia geral ;
- b. Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

## 29.3 Reserva de lucros a realizar

Saldo em 31.12.2010.....	130.931
Realização da reserva.....	(10.347)
Saldo em 31.12.2011.....	<u>120.584</u>

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2009, foi aprovada a proposta da Administração de constituição de reserva de lucros a realizar, decorrente do registro do ganho na operação de arrendamento mercantil da UTE Piratininga, de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Deliberação CVM nº 645/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06, que trata das operações de arrendamento mercantil. A realização da reserva ocorre mediante o recebimento das parcelas, pela amortização do saldo de principal do arrendamento a receber UTE Piratininga (Nota 11).

## 29.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valor por ação):

	2011	2010
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....</b>	<b>R\$ (40.815)</b>	<b>R\$ 13.974</b>
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
<b>Total.....</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>		
Ação Preferencial.....	R\$ (1,1462)	R\$ 0,3924
Ação Ordinária.....	R\$ (1,0420)	R\$ 0,3567

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

## 30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 30.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresenta na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia.....	26.116	21.979
Suprimento de energia - leilão.....	102.286	96.859
Suprimento de energia - comercializadores.....	2.918	3.963
Energia de curto prazo - CCEE.....	31.449	20.337
Renda da prestação de serviços.....	29.123	25.850
Outras receitas.....	1.039	811
	<u>192.931</u>	<u>169.799</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(4.126)	(4.276)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(17.768)	(16.145)
PIS sobre receitas operacionais.....	(3.857)	(3.505)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(1.457)	(1.671)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.630)	(1.421)
	<u>(28.838)</u>	<u>(27.018)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b>164.093</b>	<b>142.781</b>

### 30.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	ENERGIA NOVA P2 - 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	81,73	92,97	101,75	123,13	147,43	147,43	147,42
Ampla	Março	82,38	93,71	102,57	-	148,61	148,61	148,60
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	83,03	94,45	103,38	125,09	149,79	149,79	149,77
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Mai	83,67	95,18	104,17	-	150,94	150,94	150,93
Energisa e Copel	Junho	84,06	95,63	104,66	-	151,65	151,65	151,64
Celtins e Eletropaulo	Julho	84,19	95,77	104,82	126,84	151,88	151,88	151,86
Cellesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	84,32	95,92	104,99	127,04	152,12	152,12	152,11
Celg	Setembro	84,64	96,28	105,38	127,51	152,68	152,68	152,67
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	85,08	96,79	105,94	128,19	153,49	153,49	153,48
Light	Novembro	85,45	97,21	106,39	-	154,15	154,15	154,14

### 30.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia realizados em 2011, que resultaram no fornecimento para consumidores livres e no suprimento de para comercializadoras de energia (*ex-post*), resultando em um faturamento de, respectivamente, R\$ 26,1 milhões e R\$ 2,9 milhões.

### 30.4 Energia Elétrica Vendida

		Controladora e Consolidado			
		MWh (*)		R\$ mil	
		2011	2010	2011	2010
<b>Fornecimento (1)</b>					
Fornecimento de energia para consumidores livres.....		165.210	153.069	26.116	21.979
<b>Suprimento</b>					
Energia de leilão.....		1.126.462	1.127.592	102.286	89.291
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....		-	-	-	7.568
		<u>1.126.462</u>	<u>1.127.592</u>	<u>102.286</u>	<u>96.859</u>
Agentes comercializadores.....		62.801	36.020	2.918	3.963
		<u>1.189.263</u>	<u>1.163.612</u>	<u>105.204</u>	<u>100.822</u>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)</b>					
Energia de curto prazo.....		-	-	31.449	20.337
<b>Total.....</b>		<u>1.354.473</u>	<u>1.316.681</u>	<u>162.769</u>	<u>143.138</u>

(1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(\*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

### 30.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	5.924	4.166
Petrobras (UTE's).....	20.920	19.521
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.830	1.746
CTEEP (Subestação Piratininga).....	311	281
Outros serviços.....	138	136
	<u>29.123</u>	<u>25.850</u>



### 31. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		Outras receitas e despesas		TOTAL			
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Energia de curto prazo - CCEE.....	(5.994)	(5.620)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.994)	(5.620)	(5.994)	(5.620)
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	(349)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(349)	-	(349)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(3.323)	(3.967)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.323)	(3.967)	(3.323)	(3.967)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(7.166)	(9.450)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.166)	(9.450)	(7.166)	(9.450)
Pessoal.....	(86.850)	(80.729)	(1.068)	(778)	(19.303)	(19.988)	-	-	-	-	(107.221)	(101.495)	(107.221)	(101.495)
Administradores.....	-	-	-	-	(3.195)	(1.139)	-	-	-	-	(3.195)	(1.139)	(3.195)	(1.139)
Entidade de previdência a empregados.....	(39.748)	(25.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.748)	(25.070)	(39.748)	(25.070)
Material.....	(3.358)	(4.564)	-	(21)	(1.378)	(1.666)	-	-	-	-	(4.736)	(6.251)	(4.736)	(6.251)
Serviço de terceiros.....	(21.498)	(22.615)	(7)	(27)	(10.034)	(9.973)	-	-	-	-	(31.539)	(32.615)	(31.539)	(32.615)
Depreciação.....	(27.398)	(27.530)	-	-	(1.289)	(1.295)	-	-	-	-	(28.687)	(28.825)	(28.687)	(28.825)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(497)	(410)	-	-	-	-	(497)	(410)	(497)	(410)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(755)	(654)	-	-	-	-	(755)	(654)	(755)	(654)
Baixa de valores a receber.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(14.270)	(11.074)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.270)	(11.074)	(14.270)	(11.074)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	11.383	4.465	-	-	-	-	-	-	-	-	11.383	4.465	11.383	4.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(520)	-	-	(2.644)	-	(2.644)	(520)	(2.644)	(520)	(2.644)
Provisão para riscos socioambientais.....	(15.625)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.625)	-	(15.625)	-
Outras provisões.....	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.360)	-	(4.360)	-
Perda pela recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	(61.212)	-	(61.212)	-	(61.212)	-	(61.212)	-
Ganho na alienação imóvel Av. Sabará.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na alienação Usina de Sodré.....	-	-	-	-	-	-	-	2.799	-	2.799	-	2.799	-	2.799
Ganho na alienação imóvel Traição.....	-	-	-	-	-	-	16.026	-	16.026	-	16.026	-	16.026	-
Ganho na alienação imóvel Lote M Cubatão.....	-	-	-	-	-	-	1.910	-	1.910	-	1.910	-	1.910	-
Ganho na alienação imóvel Lote N Cubatão.....	-	-	-	-	-	-	1.990	-	1.990	-	1.990	-	1.990	-
Ganho na alienação imóvel Av. dos Autonomistas.....	-	-	-	-	-	-	7.338	-	7.338	-	7.338	-	7.338	-
Ganho na alienação imóvel .....	-	-	-	-	-	-	-	745	-	745	-	745	-	745
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	195	-	-	-	195	-	-	-
Outras.....	(4.872)	(5.653)	-	-	(111)	-	87	(410)	87	(410)	(4.896)	(6.063)	(4.896)	(6.063)
<b>Total.....</b>	<b>(223.079)</b>	<b>(192.156)</b>	<b>(1.075)</b>	<b>(826)</b>	<b>(37.082)</b>	<b>(35.125)</b>	<b>(33.666)</b>	<b>490</b>	<b>(33.861)</b>	<b>490</b>	<b>(294.902)</b>	<b>(227.617)</b>	<b>(295.097)</b>	<b>(227.617)</b>

### 31.1 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	5.994	5.620
<b>Uso da Rede Elétrica</b>		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2).....	3.323	3.967

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

## 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.187	1.363	2.446	1.363
Atualização de valores a receber - DAEE.....	3.322	3.300	3.322	3.300
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	31.761	32.889	31.761	32.889
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	481	471	481	471
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	1.388	438	1.388	438
Outras.....	103	69	103	69
	<u>39.242</u>	<u>38.530</u>	<u>39.501</u>	<u>38.530</u>
<b>Despesas</b>				
Juros FIDC.....	(206)	(403)	(206)	(403)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(396)	(145)	(396)	(145)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(396)	(185)	(396)	(185)
Atualiz. pré-venda de energia elétrica.....	-	(367)	-	(367)
Atualiz. TUSDg.....	(176)	(270)	(176)	(270)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	(81)	(99)	(81)	(99)
	<u>(2.065)</u>	<u>(2.279)</u>	<u>(2.065)</u>	<u>(2.279)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Variações monetárias ativas.....	75.772	85.007	75.772	85.007
Variações monetárias passivas.....	(2.515)	(4.562)	(2.515)	(4.562)
	<u>73.257</u>	<u>80.445</u>	<u>73.257</u>	<u>80.445</u>
	<u>110.434</u>	<u>116.696</u>	<u>110.693</u>	<u>116.696</u>

### 33. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2011	09.04.2012	3.200	247
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2011	08.02.2012	1.000	53
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	28.11.2011	28.11.2012	324	2
			<u>4.524</u>	<u>302</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

### 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

#### (a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

#### (b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao FIDC e às aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de FIDC, líquido das aplicações financeiras.

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indicador	Provável	(+25%)	(+50%)
CDI	11,59	14,49	17,38

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Passivo		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financeiro	Risco	Provável	(+25%)	(+50%)
FIDC	Variação do CDI	157	403	649

A Empresa, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma saída de caixa de R\$ 157 na ocorrência do cenário provável, enquanto que no cenário possível e remoto as saídas de caixa seriam de R\$ 403 e R\$ 649 respectivamente comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em 31.12.2011, a Empresa adotando os cenários de variações, estimou que os efeitos em 31.12.2012, seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivo Financeiro	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
FIDC	8.509	8.764	27.654	28.603

#### **(c) Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

#### **(d) Risco Hidrológico**

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

#### **(e) Derivativos**

Em 2011 e 2010, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

#### **(f) Risco de estrutura de capital**

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

### 35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 4.

#### b) Informações suplementares

	Controladora e Consolidado	
	31.12.11	31.12.10
Juros pagos.....	1.546	1.334
Juros recebidos.....	3.678	1.869
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	18.398	585
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	-	3.122

### 36. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o exercício de 2011 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 259 e despesas no valor de R\$ 64, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 195 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2012 será pago a EMAE um montante de R\$ 184 a título de dividendos.

### 37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao longo deste relatório foram citados os seguintes eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2011:

**38.1 Publicação no Diário Oficial da União, em 16/03/2012, do despacho nº 720 da ANEEL, sobre as prorrogações das concessões da EMAE (itens 1.2 e 16.2)**

**38.2 Deliberação do Conselho de Administração da EMAE, em 22/03/2012, sobre notificação à SABESP (item 28.3)**